
Cidadania em transformação: os desafios de uma sociedade multicultural, multidimensional e midiaticizada¹

Carine Filippi Chiella NICHELE²
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, RS

RESUMO

O ensaio tem por objetivo problematizar os conteúdos discutidos na disciplina de Mídias, Identidades Culturais e Cidadania, abrangendo temas como as transformações históricas, a cidadania em suas diferentes perspectivas, o cibercontrole, as possibilidades científicas para a América Latina e os sujeitos em inter-relação com as mídias. A partir da exposição do pensamento dos autores que estão relacionados na bibliografia da disciplina, procuro gerar reflexões sobre o que podemos discutir na área da Comunicação a respeito dos assuntos mencionados, como também aspectos que afetam a vida em sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: mídias; identidades culturais; cidadania; cibercontrole; América Latina.

INTRODUÇÃO

Ao pensarmos em cidadania, uma série de questões podem surgir inicialmente. Talvez relacionemos este conceito com direitos e deveres do cidadão, a vida em sociedade, a constituição de espaços para debate, ou então, pensamos no acesso a saúde, educação, trabalho, saneamento básico e moradia. Porém, a cidadania está implicada em diferentes perspectivas do nosso cotidiano.

Historicamente a definição de cidadania começou a ser discutida ainda na Idade Média, quando algumas pessoas começaram a debater sobre os direitos dos súditos na sociedade. Transportando o conceito para a Modernidade, já se percebia a constituição de Estado, por isso a necessidade de definir a relação entre os cidadãos e o poder que governava. Como Cortina (2005) nos aponta, em meados dos anos 1960, o entendimento sobre cidadania se reduzia basicamente aos pactos sociais que envolviam os direitos e

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para Cidadania, XXII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda em Ciências da Comunicação pela Unisinos. Bacharela em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda pela Unicnec Bento Gonçalves. E-mail: carine.nichele@hotmail.com.

deveres do cidadão. Essa conceituação de cidadania social parte da autoria de Marshall³, que trata sobre o Estado de Bem-Estar.

Hoje, compreendemos o conceito com uma problematização mais ampla, assumindo que a cidadania não pode ser reduzida apenas a direitos e deveres, mas a um campo de disputa de sentidos e poder, de luta por espaços e de contestação por movimentos sociais. As sociedades ainda são atravessadas por discriminação, exclusão e subdesenvolvimento e isso independe de o cidadão cumprir com seus deveres. Por isso, é importante compreender a evolução histórica a respeito da cidadania, pois ela faz parte do dia a dia de todos nós.

Então, nos voltamos para pensar em uma sociedade que engloba inúmeras culturas e saberes, uma sociedade que ocupa distintos espaços geográficos do planeta, que interage com tecnologias e espaços virtuais, uma sociedade atravessada pelo processo de midiaticização. Como podemos compreender a cidadania com todas essas complexidades? Neste ensaio pretendo discutir algumas perspectivas da cidadania, levando em consideração suas implicações sociais e relacionando com os desafios digitais que enfrentamos atualmente. Por fim, busco apresentar questões relacionadas ao fazer científico na América Latina e como podemos estudar a relação entre sujeitos e mídias na área da Comunicação, buscando um movimento que problematize essas relações.

TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS E CIDADANIA COMPLEXA

Quando discutimos sobre cidadania, é inevitável não pensar em um movimento pela liberdade. A história da humanidade foi construída sobre práticas questionáveis em relação aos direitos humanos e a compreensão sobre os princípios religiosos que estariam regendo os comportamentos sociais. Pela perspectiva de Moglen (2014), vemos a constituição revolucionária da sociedade, passando pela luta de classes e a divisão entre a burguesia e o proletariado. Com a Revolução Industrial, houve a transformação de trabalhadores industriais em consumidores em massa, de uma produção em massa feita por eles próprios.

Podemos considerar que após a 2ª Guerra Mundial, muitos países viveram um processo de reestruturação econômica, que passou pela utilização das tecnologias para

³ Thomas Humphrey Marshall (1893-1981) foi um sociólogo britânico, conhecido principalmente pela obra *Citizenship and Social Class* de 1950.

incentivar o consumo, como o desenvolvimento da publicidade. O consumo foi visto como uma forma de satisfazer os desejos e deixar as pessoas mais felizes. A partir disso, novos produtos e relações de consumo surgiram. Porém, para além do consumo, muitas tecnologias desenvolveram-se e atualmente dependemos delas para trabalhar, estudar e realizar tantas outras tarefas. Assim, é preciso considerar que barreiras de isolamento geográfico e desigualdade social podem dissolver-se a partir do exercício da cidadania e da democratização do acesso a obras de cultura. Por isso, é importante compreender como se constroem as identidades individuais e coletivas, para então questionar os modelos hegemônicos e constituir-se como sociedade.

Como Cortina (2005) descreve, as sociedades passam pela necessidade de gerar identidade entre seus membros, onde possam se reconhecer e se sentir pertencentes. Este sentimento de pertença está relacionado com o fato de que o desejo de participar socialmente aumenta a civilidade. Porém, existem movimentos excludentes que fazem com que determinados grupos marginalizados não sintam os laços de pertença, como imigrantes, refugiados, pobres, LGBTQIAPN+, negros, idosos e pessoas com deficiência. Neste ponto, reconhecemos a importância do fortalecimento do espaço público, que é heterogêneo, flexível e diverso. O espaço público é capaz de assegurar a economia comum, que visa uma distribuição mais justa da riqueza e promove ações democráticas que podem integrar os grupos desfavorecidos aos ambientes coletivos.

Considerando esses aspectos, podemos relacionar as proposições de Cortina (2005) com a ideia que Maldonado (2011) tem a respeito da construção de uma cidadania científica e comunicativa, pois comunicar significa tornar comum, compartilhar. Assim, é necessário o protagonismo dos cidadãos na comunicação, cidadãos estes que possuem suas individualidades compondo suas identidades. Como Maldonado (2011) esclarece, a América Latina ainda vive um processo de alfabetização política, depois de ter passado por longas ditaduras, por isso a caminhada rumo à cidadania científica.

Traçando o percurso de uma sociedade construída pela força do proletariado, Moglen (2014) nos mostra que é preciso entender o espaço do trabalhador na produção do conhecimento. Dessa forma, vivemos em um momento de agir democrático, que precisa ser fortalecido com a participação dos cidadãos nos modos comunicativos. Acompanhamos em diferentes países movimentos antidemocráticos tomando força e precisamos lutar contra as distorções que alguns governos estão incentivando. Neste sentido, Maldonado (2011) e Moglen (2014) pensam de forma semelhante. Maldonado

(2011) afirma que é preciso integrar os cidadãos à produção de conhecimento científico e Moglen (2014) defende que o acesso livre ao conhecimento permite que o cidadão invista seu tempo no cultivo de sua mente e de suas aptidões.

Essas ideias estão diretamente relacionadas ao que Dowbor (2020) expos recentemente, tratando a tecnologia como principal fator de produção, onde o conhecimento é um pilar. O deslocamento do capitalismo está relacionado ao fato de que “o conhecimento tecnológico, diferentemente das máquinas e do trabalho físico, é imaterial” (DOWBOR, 2020, p. 29). Por isso, mesmo anos antes, Moglen (2014) já defendia a união entre trabalhadores, cientistas, criativos e estudantes, assumindo que suas ideias e criações abalam os proprietários do sistema de produção e distribuição cultural. A partir disso, o autor propõe a abolição da propriedade de ideias, ou seja, que se possa constituir um espaço de livre circulação do conhecimento e restauração da cultura como domínio público.

Problematizando nossa concepção sobre cultura, Cortina (2005) define o diálogo entre as culturas, entender que a compreensão de outras culturas é indispensável para compreender a própria cultura. “Trata-se antes de tomar consciência de que nenhuma cultura tem soluções para todos os problemas vitais e de que você pode aprender com outras, tanto soluções das quais carece como a se compreender a si mesmo” (CORTINA, 2005, p. 143). Pensar em cultura nos faz refletir sobre a valorização dos saberes milenares e o senso comum, aprender que na diversidade humana é onde se encontra a riqueza cultural. Como Martín-Barbero (2018) nos explica, o mundo é um lugar de encontro e conflito, precisamos reconhecer o sujeito histórico, o sujeito que atribui significações aos fatos e às coisas.

É possível relacionar este pensamento com questões culturais que adquirimos ao fazer parte de uma sociedade, por exemplo, os saberes religiosos sobre vida e morte ou algumas visões distorcidas sobre práticas de racismo, xenofobia, machismo e homofobia. Algumas culturas ainda assimilam práticas desumanas como ritos culturais, porém, precisamos estar cientes que a cidadania requer mínimos de justiça, por isso essas práticas não podem ser aceitas como naturais, tendo em vista que violam os direitos humanos.

Por esse motivo, Maldonado (2011) nos convoca ao verdadeiro exercício da cidadania, terminando com a divisão entre a ciência e o mundo social. Incluir os cidadãos na produção científica proporciona o questionamento do modo de vida, considerar-se produtor de conhecimento para além da visão positivista estadunidense e europeia. A

América Latina tem muito potencial e precisamos aprender a valorizar a ciência e questionar identidades nacionais que visam privar a diversidade de pensamento.

Compartilhando da visão desde a América Latina de Maldonado (2011), Martín-Barbero (2018) explica que a opressão moldou a consciência, as escolas serviam e ainda servem de controle e falsificação da palavra. Por isso, é preciso desmistificar a neutralidade da ciência e a liberdade científica irrestrita, tendo em vista que a ciência nem sempre é positiva e segue um regime que privilegia determinados grupos. O povo latino-americano foi calado, mas precisamos fortalecer a educação como prática da liberdade. O verdadeiro analfabetismo latino é o que nos impede de dizer nossa palavra. A palavra que Martín-Barbero (2018) se refere, é o direito de nos expressarmos em sociedade, de diferentes formas possíveis.

Os movimentos questionadores que Cortina (2005) e Maldonado (2011) nos apresentam, nos fazem ver que somos cidadãos com direitos que precisam ser reconhecidos. Os empecilhos que nos são impostos estão justamente relacionados à uma legislação repressiva, onde a elite define o que é uma vida feliz e onde a justiça varia de acordo com o poder que exercemos em sociedade. É relevante acrescentar o que Cortina (2005) nos diz a respeito das dimensões do cidadão: econômico, político e social. Não podemos nos omitir generalizando que todos os cidadãos disfrutem dos mesmos direitos e privilégios. Não há como negar que a injusta distribuição de renda é um dos grandes problemas sociais. Por isso, vemos em Martín-Barbero (2018) alguns pontos que nos provocam a mudar: considerar a necessidade e desejo de liberdade, o livre arbítrio, a consciência de classe e compreender que não há liberdade sem processo comunitário de libertação.

Alternativas para a transformação cidadã podem ser apreendidas no texto de Maldonado (2011), quando o autor nos incentiva a “desestabilizar os conservadorismos e, investigativamente, propor novas alternativas de processos, concepções e modos de vida social” (MALDONADO, 2011, p. 13). Uma cidadania cosmopolita, como Cortina (2005) chama de “cidadãos do mundo”, nos possibilitaria “estruturar uma sociedade de futuro, que termine com a miséria, a pobreza, o analfabetismo funcional, a exploração do trabalho, o neocolonialismo intelectual, a exclusão social e os demais componentes de atraso, injustiça, exploração e dominação” (MALDONADO, 2011, p. 9). Compartilhamos desta perspectiva, pois vemos a educação e o conhecimento como bases para uma vida cidadã.

CIBERCONTROLE E DESAFIOS DIGITAIS

Após esta breve explanação das dimensões da cidadania e da transformação histórica que nos cerca, precisamos pensar nos desafios e problemas enfrentados pela sociedade que saiu da Era Industrial para a Era da Informação. “O principal fator de produção desta época, o conhecimento, é um fator de produção cujo uso não reduz o estoque” (DOWBOR, 2020, p. 105). A imaterialidade do conhecimento encontra-se no fato de que ele pode ser passado para os outros e ainda ficar conosco.

Neste sentido, novamente relacionamos os pensamentos de Maldonado (2011), quando trata sobre a necessidade de construirmos uma cidadania científica. Essa construção se refere a aproximar as populações discriminadas para que possam fazer parte da produção de conhecimento, afinal, o que ainda vemos são grandes empresas comandando os meios produtivos e reforçando o logocentrismo como prática da sociedade capitalista. Percebemos uma tendência em tentar considerar os sujeitos como se fossem iguais, enquanto na realidade cada sujeito é único e sua identidade se constrói em múltiplas dimensões.

Levando em consideração as transformações que relacionamos anteriormente sobre a produção e o consumo em massa, precisamos levar em conta que houve um movimento significativo de êxodo rural. Com o aumento das populações urbanas e da precariedade da assistência fornecida pelo governo, as formas de controle social foram se atualizando ao longo dos anos. Hoje, com aparelhos tecnológicos conectados na internet, o controle dos indivíduos se dá por meio da exploração de dados, pois fornecemos muitas informações pessoais para poder acessar as facilidades que a tecnologia informacional nos trouxe. Mattelart e Vitalis (2014) discorrem sobre este assunto, pensando em como esse controle por dados ameaça as identidades e liberdades das pessoas, onde as tecnologias da comunicação convertem-se em tecnologias de controle.

Uma das práticas que discutimos, é a exploração de dados para fins comerciais. Como Mattelart e Vitalis (2014) apresentam, os próprios indivíduos fornecem seus dados gratuitamente. Podemos perceber duas formas comuns desse fornecimento de dados, primeiro pelo cerceamento de não poder acessar determinados sites sem antes inserir as informações e segundo pelas compras que fazemos que nos oferecem bônus ou sorteios ao realizarmos um cadastro na loja. “Com o conhecimento minucioso de cada perfil, será possível tentar modular as suas necessidades e escolhas” (SILVEIRA, 2020, p. 88).

Como podemos ver nas explicações de García Canclini (2019), vivemos diferenças desiguais e os algoritmos estão definindo novos lugares aos sujeitos e causando efeitos nos atos dos consumidores, usuários e cidadãos. “Devido à grande quantidade de ações em tempo real que promovem e organizam, seria impossível para as plataformas realizá-las sem uma gestão algorítmica” (SILVEIRA, 2020, p. 87). Enquanto isso, é visível uma “pretensão de organizar as massas” (GARCÍA CANCLINI, 2019, p. 121, tradução nossa), algo muito próximo do conceito de *Big Brother*, cunhado por George Orwell em seu livro “1984”. Essa relação com a distopia de Orwell está explícita no texto de Mattelart e Vitalis (2014), quando os autores afirmam que a vida privada não existe na internet, estamos sempre sendo observados. Mas, alguém se beneficia com a exploração de dados.

A publicidade, que já movia muitas cifras em dinheiro antes mesmo da internet, encontrou um meio muito eficiente para aumentar vendas e hipersegmentar os consumidores com propaganda direcionada. Como García Canclini (2019) nos revela, o mercado sabe o que queremos comprar por meio dos dados que fornecemos na internet. Essa relação também pode ser vista quando Mattelart e Vitalis (2014) apresentam que ao comprar algo com o cartão de crédito, as empresas estão ganhando em dobro: uma vez pelo produto e outra pelos nossos dados. Com nossas compras registradas em cartões e nossas pesquisas registradas no nosso histórico, estamos fornecendo nossos hábitos de consumo para grandes empresas como Facebook e Google. A partir disso, acontece o comércio de dados pessoais para empresas privadas, onde os comportamentos dos indivíduos podem ser antecipados com base nos algoritmos.

Porém, além da exploração de dados, existe outra prática que está crescendo, chamada capitalismo de vigilância. Para além de um intuito comercial, onde o algoritmo cria um perfil com base em nossas atividades, gostos, preferências e projetos; o capitalismo de vigilância nos condiciona a determinados comportamentos, pois estamos sendo vigiados. Essa vigilância não ocorre apenas internamente em cada país. Como Mattelart e Vitalis (2014) apontam, existe uma hegemonia dos EUA sobre a governança da internet. Isso significa que da mesma forma que podemos acessar conteúdos e interagir com pessoas de diferentes lugares do mundo, nossos dados também extrapolam as fronteiras.

Podemos identificar mecanismos de vigilância em nosso cotidiano: o smartphone - um pequeno computador em mãos - com possibilidade de registrar localização em tempo

real, som e imagem, Mattelart e Vitalis (2014) o consideram um “Cavalo de Tróia” da intimidade; as assistentes virtuais incorporadas em dispositivos, como a Alexa da Amazon, que estão sempre a escuta do que falamos; a biometria usada em diferentes locais, como documentos, ponto eletrônico de empresas, eleições, desbloqueio do celular; banco de DNA como forma de fichamento da Polícia; o GPS nos smartphones, aparelhos e automóveis, controlando os lugares que visitamos; tecnologia de reconhecimento facial no celular, nas empresas, nos condomínios, nas ruas; vídeo vigilância como forma de segurança de estabelecimentos e locais públicos; cadastro GOV unificando todos os serviços do governo brasileiro, inclusive recentemente a incorporação da Plataforma Lattes. Enfim, são inúmeras maneiras de perceber esses mecanismos que assumimos como positivos em busca de mais segurança.

Uma das questões discutidas por Mattelart e Vitalis (2014) é a forma como nossas identidades foram pirateadas, pois o cibercontrole nos parece algo invisível, nossos dados estão em múltiplas fichas. Se pensarmos no condicionamento de nossos comportamentos quando sabemos que estamos sendo filmados, por exemplo, o que dizer então quando existem câmeras e não as vemos? É dessa forma que o capitalismo de vigilância opera e abre brechas para incorporar vieses racistas e misóginos nas tecnologias. Como o caso da tecnologia de reconhecimento facial, que pode considerar pessoas negras como possíveis criminosos ou não reconhecer os traços faciais, pode excluir também os traços femininos e beneficiar o reconhecimento de homens brancos. A tecnologia age dessa forma porque os algoritmos de programação refletem o que os programadores e a internet consideram como realidade.

Por este motivo, García Canclini (2019) vê a cidadania atual com muitos problemas, pois existe uma “mercantilização de todas as esferas da vida” (GARCÍA CANCLINI, 2019, p. 127, tradução nossa). Essas questões nos fazem pensar qual o papel das plataformas digitais frente ao cibercontrole. Dowbor (2020) afirma que existe uma conectividade total e global, onde os países se dizem independentes, mas seguem uma lógica de colonização, presos pelo poder econômico, financeiro, político e cultural.

Quando falamos sobre conectividade total e global, assumimos as sociedades como se fossem homogêneas e este é um erro. Se pensarmos na realidade brasileira, muitas pessoas vivem em pobreza extrema, não possuem as mínimas condições para uma vida digna e cidadã. Então não podemos considerar que todos estão conectados e possuem acesso aos meios de comunicação. Apesar disso, tanto Dowbor (2020) como Mattelart e

Vitalis (2014) concordam que é visível uma disputa de poder nas mãos de grandes empresas de tecnologia e plataformas digitais. Também vemos em Silveira (2020) um pensamento semelhante, ao afirmar que as plataformas se apresentam como indispensáveis para a economia global, enquanto na realidade estão promovendo o colonialismo de dados.

Podemos refletir também sobre o que Mattelart e Vitalis (2014) falam sobre as redes sociais afetarem a construção de identidade dos sujeitos, muitas vezes mostrando uma personalidade fabricada com uso de máscaras e filtros. Esse problema é grave porque muitas pessoas se tornam dependentes das redes sociais e idealizam uma realidade que não existe. Passam a querer o “corpo ideal”, o emprego dos sonhos, a vida perfeita. Por isso a preocupação de García Canclini (2019) ao nos depararmos com um pensamento que não se pensa, que não se questiona, onde a escola deveria ser um lugar determinante para a configuração dos cidadãos, mas ainda é uma instituição que falha, nos condiciona e nos limita desde a infância.

Dessa forma, García Canclini (2019, p. 105, tradução nossa) também afirma que “os governos usam de seu poder comunicacional para gerar impotência e submissão”, criando assim o que o autor chama de processos de “descidadania”. A partir disso, presenciando insegurança, precariedade do trabalho, migrações, ditaduras e desmonte da democracia mesmo sem a imposição militar; surge a necessidade de distribuir o poder, fortalecendo a heterogeneidade da resistência. Dowbor (2020) também compartilha algumas possibilidades para a mudança social, começando pelo compartilhamento de conhecimento útil, o acesso aberto às produções científicas, conectividade como fator vital, economia criativa, redes de colaboração, sistema público gratuito e universal e a popularização do conhecimento.

Retomando novamente a América Latina neste debate, surge a importância dos movimentos sociais que alteram o significado de ocupar o espaço público, ocupando os espaços virtuais para a comunicação dos grupos e engajamento em causas necessárias, como o caso de genocídios da ditadura e o desaparecimento de militantes e civis, citados por García Canclini (2019). Ou seja, apesar de todas formas de controle, podemos pôr em prática uma vigilância invertida, onde usemos nossos aparelhos tecnológicos para denunciar injustiças e lutar por nossos direitos. A defesa do espaço público, seja físico ou digital, precisa acontecer de forma coletiva, pois só assim conseguiremos operar movimentos transformadores.

CIDADANIA INSURGENTE E OS SUJEITOS EM INTER-RELAÇÃO COM AS MÍDIAS

Depois de refletirmos sobre os desafios digitais que enfrentamos, precisamos considerar como é importante compreender a cidadania em suas diferentes perspectivas e as identidades culturais que se configuram em cada sujeito. A América Latina permeia essa discussão porque vemos a necessidade de fortalecer o campo científico e valorizar os pesquisadores que vivem no sul global. Precisamos discutir a realidade em que vivemos e isso só é possível quando os produtores de conhecimento também vivem nessa mesma realidade. Como Martín-Barbero (2018) nos explica, a comunicação deve ser considerada um caminho válido, pois podemos nos basear nas trocas que acontecem entre os sujeitos.

Porém, as trocas não acontecem somente entre sujeitos, elas incluem também a relação que mantemos com as mídias. A partir disso, discutimos a Teoria de Consumo e Recepção na Comunicação, problematizando a posição dos sujeitos na relação com as mídias. De acordo com as colocações de Mattelart e Mattelart (2004) sobre os procedimentos do consumo, a questão da recepção era vista a partir de uma abordagem funcionalista que envolvia o polo emissor e o polo receptor. Era clara a “tendência estruturalista de isolar emissores e mensagens” (MATTELART; MATTELART, 2004, p. 114), sem avaliar o que estava nesse entorno. A partir dessa perspectiva, “a instância do consumo é antes redutível a um fenômeno do que ampliada a um processo” (MATTELART; MATTELART, 2004, p. 111).

A partir das palavras de Maldonado (2014), entendemos que a produção de sentido não ocorre de forma fixa, pois as culturas são distintas e complexas, por isso, estudar a receptividade comunicativa requer um olhar inclusivo sobre as diferentes dimensões dos sujeitos e das mídias com as quais eles se relacionam. Como Mattelart e Mattelart (2004) reforçam, existia uma ideia de alta cultura, onde uma minoria era atuante. Houve uma época em que a mídia era tratada como onipotente, por isso os sujeitos não eram vistos como determinantes no processo de receptividade, ou seja, um consumidor passivo em face de uma mídia ativa.

Outro ponto que é abordado por Mattelart e Mattelart (2004), é a mudança que acontece a partir do momento que o povo-popular passou a ser o homem-massa. Assim, se começa a discutir sobre os meios de comunicação de massa, quando esses meios

passam a estar ao alcance de classes inferiores. É importante considerar a problemática nos usos do termo “massa”, porque se pressupõe uma sociedade homogênea e isso exclui a diversidade cultural em que vivemos. Essa questão também pode ser percebida nas provocações de Maldonado (2014) sobre como é importante entender que os sujeitos são multidimensionais, isso significa que as relações entre sujeitos e mídias perpassam suas culturas, realidades, sensibilidades e subjetividades.

Pensando nos estudos em Comunicação que desenvolvemos na América Latina, a receptividade comunicativa precisa levar em conta os processos de cidadania insurgente vividos pelos sujeitos latino-americanos. Isso significa que por trás da concepção do sujeito existe um processo de luta por sua identidade e por seu lugar no mundo, como Martín-Barbero (2018) nos apresenta ao tratar que a constituição do sujeito é uma construção, que leva o ato de viver como conteúdo primário, assim, a existência e o corpo tornam-se lugares onde se realizam as apropriações do mundo. Por isso, Mattelart e Mattelart (2004) nos propõe pensar na problemática do termo recepção, pois o sujeito tem sua história e essas vivências afetam o consumo das mídias.

Sendo assim, estudar a relação entre objeto e sujeito implica considerar que os sujeitos são ativos. Como Mattelart e Mattelart (2004) explicam, cada pessoa tem uma forma de ler, de ver e de escutar. Possuímos personalidades e vivências singulares que nos fazem perceber e compreender os fenômenos de diferentes maneiras. Além disso, a forma como somos afetados pelos acontecimentos também é única para cada um, pois pode despertar diferentes ideias e conexões. Dessa forma, é preciso considerar “os públicos receptores como produtores de sentido” (MATTELART; MATTELART, 2004, p. 113).

Chegamos assim à questão que Maldonado (2014) nos apresenta, que é compreender os sujeitos como sujeitos comunicantes. Esse conceito está relacionado ao que propomos no início deste ensaio, sobre a importância da construção de uma cidadania comunicativa. Da mesma forma que Mattelart e Mattelart (2004) compreendem a cultura popular como uma cultura do presente, Maldonado (2014) nos faz pensar os sujeitos com cada individualidade, o que melhor expressa a diversidade. Pensar no sujeito comunicante nos faz discutir o que Martín-Barbero (2018) fala a respeito do sujeito como suporte abstrato do ato de pensar, considerando que o corpo é a primeira palavra. Assim, pensamos nas diferentes formas de se comunicar, o corpo fala e a palavra vai sendo

adquirida em nossa inserção no mundo, pois a linguagem não é apenas traduzir ideias, mas sim habitar o mundo. (MARTÍN-BARBERO, 2018).

Quando compreendemos os sujeitos como produtores de sentido, criam-se novos espaços de consumo, abre-se espaço para a liberdade de opinião e expressão a partir dos meios de comunicação. Como vemos em Mattelart e Mattelart (2004), podemos identificar uma relação entre o conteúdo e a forma como a comunicação acontece, mostrando compreender os diferentes públicos que os meios atendem, pois existe a capacidade de intervenção da audiência.

Pensando nas formas coletivas de manifestação pelos meios, reconhecemos um campo de inovação para as práticas de intervenção social. Os meios de comunicação assumem um papel estratégico na reprodução das relações sociais. (MATTELART; MATTELART, 2004). Por isso, Martín-Barbero (2018) considera que a linguagem precisa ser vista como uma comunidade, uma rede de relações que se nutre, considerando a subjetividade de cada pessoa e como se dá o processo de significação. É preciso reconhecer que a linguagem expressa o mundo em suas dimensões natural, histórica e social. Dessa forma, reconhecemos a palavra como objeto de existência militante, que carrega sua história. Sendo assim, tomar consciência é se situar no discurso e na vida. (MARTÍN-BARBERO, 2018).

Por fim, nos voltamos à Maldonado (2014) para discutir quais os caminhos possíveis quando estudamos a relação entre sujeitos e mídias. Pensando em receptividade comunicativa, precisamos nos atentar aos métodos que escolhemos, pois eles podem afetar os resultados da pesquisa; bem como o papel do pesquisador na interlocução. Por exemplo, a observação etnográfica não pode ficar reduzida a um registro formal de atividades. Como Maldonado (2014) afirma, a pesquisa de receptividade comunicativa não é um formulário e os números nunca são a priori. É necessário aceitar que a pesquisa qualitativa não tem uma receita. E quanto ao pesquisador, ele deve distanciar-se, mas precisa usar seus saberes e vivências para o fazer investigativo. É preciso ter sensibilidade e respeitar, mas buscar questionar.

Pensar em estudos na área da Comunicação que possam abranger os assuntos que discutimos até aqui, nos faz assumir o campo como uma vertente que também se relaciona com outras áreas do conhecimento. Assim, vemos na proposta de transmetodologia (MALDONADO, 2011) a possibilidade de movimentos de ação e reflexão a partir da combinação de métodos, que podem nos fornecer resultados mais satisfatórios e

compreender os fenômenos comunicacionais a partir das singularidades de cada objeto empírico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao discutir diferentes assuntos e perspectivas no decorrer deste ensaio, algumas questões tornaram-se mais claras e a discussão sobre cidadania é algo que não se encerra em um texto. Vemos a cidadania como um processo de construção e conquista, não é algo adquirido naturalmente ao nascer. Grupos marginalizados não sentem o pertencimento nas cidades, se sentem excluídos dessas territorialidades e existe uma necessidade de pertencimento territorial para a construção de identidade. Por isso a escolha do título deste ensaio, vemos uma cidadania em transformação constante, que é atravessada pelas múltiplas dimensões do sujeito, pelas múltiplas culturas e pelos múltiplos espaços em que as sociedades se constituem e toda essa complexidade ainda precisa levar em conta nossa relação com as mídias.

Presenciamos uma revolução digital ainda embrionária, onde a dificuldade em atingir a inclusão digital parte do fato que muitas pessoas não possuem as condições básicas para sobreviver. Para além da infraestrutura, temos diferentes culturas, línguas, religiões e localização geográfica. Outra questão que envolve o acesso à tecnologia e o exercício da cidadania, é que muitas vezes o acesso aos meios e aparelhos tecnológicos não é o suficiente, é preciso ter determinados conhecimentos para poder manusear essas tecnologias. Os estabelecimentos físicos migraram boa parte de seus atendimentos para os ambientes digitais, porém, esta também acaba sendo uma forma de exclusão social, pois nem todas as pessoas conseguem acessar estes serviços.

Desmembrando as diferentes perspectivas da cidadania, quando pensamos sobre a construção da cidadania científica, podemos ver que o conhecimento não é livre, pois muitos artigos científicos, por exemplo, custam 15 dólares por página. Isso mostra o capitalismo condicionando o compartilhamento de conhecimento. Além disso, este aspecto também envolve o valor do conhecimento e dos saberes populares. Muitas vezes a academia tende a desconsiderar os saberes populares, como se eles não tivessem prestígio. Porém, se consideramos o conhecimento como algo intangível, é preciso defender a liberdade de criação, reorientar os investimentos em educação e pensar na educomunicação como um movimento de construção de cidadania.

Podemos identificar que existem processos de vigilância e espionagem, enquanto o encantamento tecnológico oculta e não nos deixa ver as disputas de poder. Estamos cercados e vinculados por telas, presenciamos uma explosão de movimentos de politicagem que fortalecem preconceitos, naturalização de crimes e práticas que ferem os direitos humanos. Dessa forma, identificamos o uso do poder para desinformar e desmobilizar. Estamos tratando sobre uma tecnologia democrática ou autoritária? Assim, percebemos a relação entre segurança e liberdade; quando se privilegia uma, a outra nos escapa. Infelizmente vemos que a liberdade não é para todos, pois o cibercontrole busca controlar, vigiar e disciplinar classes consideradas perigosas. Acontece a exploração de pobres para a produção tecnológica, assim, confirma-se que a escravidão não acabou, ela só se transformou.

Pensando na construção de uma cidadania coletiva, enfrentamos problemas muito graves no Brasil. Um processo de retrocesso parece estar se difundindo em diversas esferas. Em pouco tempo vimos a facilidade que criminosos encontram em destruir a Amazônia e exterminar povos indígenas. Assistimos o encerramento do programa Ciência Sem Fronteiras e vemos outros programas estudantis ameaçados. O acesso à saúde e educação não é uma prioridade para o governo e esperamos por melhorias enquanto acontece um desmonte de direitos trabalhistas, inclusive com incentivo à precarização dos sindicatos.

Porém, apesar de tantos problemas, precisamos buscar alternativas para a transformação da cidadania. Como citado anteriormente, a vigilância invertida é uma possibilidade onde os cidadãos podem usar das ferramentas tecnológicas para ações contra o estado, o poder, as hegemonias. O processo educacional pode ser visto como uma ferramenta de resistência, que provoque confrontações de partidos, reforce nexos de cooperativismo, criação de grupos e espaços públicos ampliados, que ilumine as zonas de silêncio e confusão, que desperte a necessidade de transformação do corpo e da mente, reforce a ocupação, inclusive em seu caráter simbólico e que fortaleça a filosofia do exercício da política. Como bem sabemos, internautas ativos não significam que sejam cidadãos construtivos. Precisamos refletir sobre quais implicações, potências e distorções podem ser vistas na educação digital.

Quais horizontes vislumbramos para a América Latina e as pesquisas em Comunicação? Usar o espaço que temos para questionar, problematizar e promover a reflexão. Precisamos discutir o papel da ciência na sociedade e nos comprometer com o

conhecimento que produzimos. Abrir as portas da universidade para a comunidade, fazendo com que o acesso ao conhecimento seja um direito reconhecido. Nossas pesquisas são ferramentas para compreender fenômenos comunicacionais e mais do que isso, podem expor problemas sociais e discutir alternativas para a transformação social, por isso, precisamos resistir e defender a diversidade e a democracia para a transformação cidadã.

REFERÊNCIAS

CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo**: para uma teoria da cidadania. São Paulo: Loyola, 2005. Cap. 1 (p. 17-30) e Cap. 6 (p. 139-169).

DOWBOR, Ladislau. **O capitalismo se desloca**: novas arquiteturas sociais. São Paulo: Edições SESC, 2020. Cap.1 (p. 29-43) e Cap. 4 (p. 103-131).

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Ciudadanos reemplazados por algoritmos**. Guadalajara/México: Editorial de la Universidad de Guadalajara, 2019, p. 103-164.

MALDONADO, Alberto Efendy. A construção da cidadania científica como premissa de transformação sociocultural na contemporaneidade. In: Compós, Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 20., 2011, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: UFRGS/Compós, 2011. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1582.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2022.

MALDONADO, Alberto Efendy. Perspectivas transmetodológicas na pesquisa de sujeitos comunicantes em processos de receptividade comunicativa. In: _____ (Org.). **Panorâmica da investigação em comunicação no Brasil**. 1 ed. Salamanca/Espanha: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2014, v. 1, p. 17-40.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Tercera parte Autoimplicación: La emergencia del sujeto. La acción de la palabra. La palabra de la acción. - Conclusión. In: **La palabra y la acción**: por una dialéctica de la liberación. Bogotá: Editorial Universidad Pontificia Universidad Javeriana, 2018, p. 121- 179.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michele. Os procedimentos do consumo. In: **Pensar as mídias**. São Paulo: Loyola, 2004, p.111-125.

MATTELART, Armand; VITALIS, André. **De Orwell al cibercontrol**. Barcelona: Gedisa, 2014. Introducción (p.11-20); Cap. 6 (p. 159-188); Cap. 7 (p. 189-209).

MOGLEN, Eben. El manifiesto puntoComunista. In: LAGO, Silvia (comp.). **Ciberespacio y resistencias**: exploraciones en la cultura digital. Buenos Aires: Hekht Libros, 2014, p.69-81.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. Responsabilidade algorítmica, personalidade eletrônica e democracia. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura**, v. 22, n. 2, p. 83-96, 2020. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/155370>>. Acesso em: 07 abr. 2022.